

Lute como uma professora. O amor vai vencer o ódio, por Silvana Conti

Neste 15 de Outubro de 2018, quero expressar minha indignação e profunda preocupação com o rumo do nosso país.

O Brasil vive uma encruzilhada histórica que nos coloca um enorme desafio: A democracia ou o fascismo. Livros nas mãos das crianças e adolescentes ou armas. Respeito às diversidades ou violência.

[\(Sul 21, 15/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Estes dias que estamos vivendo, valem por anos, e está chegada a hora de cada um e cada uma refletir profundamente qual o projeto de sociedade que defende para seus filhos(as), netas(os), alunas(os), amigos(as), enfim, qual o legado que deixaremos para as futuras gerações?

Neste dia da professora e do professor, quero apontar algumas questões de forma especial:

Qual o projeto de educação que defendemos?

Porque defendemos a educação pública de qualidade?

O atual Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), com suas metas e estratégias estabelece as linhas mestras para a retomada do desenvolvimento educacional do país.

“O PNE foi elaborado com esses compromissos, largamente debatidos e apontados como estratégicos pela sociedade na CONAE 2010, os quais foram aprimorados na interação com o Congresso Nacional. Há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais” (MEC, 2014).

Não foi por acaso que de norte a sul do Brasil travamos uma cruzada com a pauta “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais e Municipais na maioria dos Estados brasileiros. Os fundamentalistas, conservadores, e que defendem a tradição /família e a propriedade, colocaram em campo seus exércitos, suas igrejas, suas mídias, que em sua maioria orientaram a Câmara Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais que seria muito “perigoso” trabalhar com as relações de gênero na educação, pois isto poderia “subverter a ordem”.

Na concepção patriarcal, a educação precisa manter as mulheres resignadas, dominadas, dóceis, nos espaços privados, cuidando da família, fora dos espaços públicos e de poder e, por consequência, fora da política. Consideram que trabalhar gênero na educação coloca em risco a sexualidade dos meninos e das meninas.

A retirada do gênero dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação faz parte do golpe e da pauta conservadora em curso, que também se relaciona com a tramitação do Estatuto do nascituro, com o Estatuto da Família que nega o direito a proteção do Estado às famílias LGBT e todas as outras famílias que fogem do padrão patriarcal e heteronormativo.

Negar para crianças e para a juventude o conteúdo das relações de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero, nos currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino é, sem dúvida, amordaçar, silenciar e reproduzir o sistema racista, machista e sexista da sociedade em que vivemos.

Nesse contexto, cabe destacar que os discursos de ódio proferidos pelos conservadores estimulam a violência contra pessoas LGBT, em especial contra pessoa trans (travestis, mulheres transexuais e homens trans). Dados revelam que em 2017 foram assassinadas 179 travestis e transexuais, mostrando que a cada 43 horas uma pessoa trans é assassinada no Brasil; houve 59 tentativas de homicídio e 109 casos de violação de direitos humanos. Esta triste realidade indica que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (Rede Trans Brasil e TGEU).

Além disso, os mesmos discursos têm cada vez mais legitimado todos os tipos de violência (física, psicológica, sexual, simbólica e patrimonial) contra as mulheres, sendo que a cada 11 minutos um estupro é cometido, uma mulher é assassinada a cada 2 horas, 503 são vítimas de agressão a cada hora e 5 espancamentos a cada 5 minutos, resultando em um destaque perverso no cenário mundial: o Brasil é o 5º país com maior taxa de homicídio de mulheres (dados do Instituto Patrícia Galvão).

Neste cenário grotesco, em que um golpista vira presidente sem voto popular, um estuprador confesso assessora o ministro da Educação, os conservadores colocam na sua agenda perversa o projeto “Escola Sem Partido”, que representa mais uma ação coordenada e orquestrada pela turma que tem ódio de classe. Projeto que quer nos amordaçar, exigindo “neutralidade”, censurando e regulando a atuação dos e das docentes dentro da sala de aula.

O projeto Escola com Mordaza significa uma “Caça às bruxas”, ameaçando a liberdade de expressão, e isto significa um retrocesso em relação aos direitos constitucionais e democráticos.

Esta é a mesma turma que defendeu a reforma trabalhista, o fim dos direitos para as empregadas domésticas, fim dos direitos para pessoas deficientes, que consideram que mulher merece ser estuprada e receber menores salários que os homens.

Dentre as maldades impostas pela turma que não quer educação de qualidade para todas e todos, também está a reforma do ensino médio através de Medida Provisória, que desperta grande indignação nacional em professores(as) e alunos(as). Reacionária em seu conteúdo e autoritária na forma, a MP impõe a retirada da obrigatoriedade de disciplinas humanas como Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia, acenando com uma escola que atende apenas às expectativas de formação para o mercado.

Os(as) estudantes reagiram bravamente ocupando mais de mil escolas em todo o país. Mais uma vez, a juventude lidera a resistência e a luta em defesa da democracia, da soberania nacional e do Estado Democrático de Direito.

Defendemos um Programa de educação integral que se comprometa com um Projeto de nação democrático, soberano, igualitário, equânime e justo, que dialogue com o Plano Nacional de Educação, que é a nossa ferramenta política e pedagógica que teve como princípio a participação de quem faz e pensa a educação brasileira. Defendemos a educação pública, laica e de qualidade social, que garanta o acesso e a permanência a todas e todos, independente da sua classe social, origem, religiosidade, raça/etnia, deficiências, orientação sexual, identidade de gênero e toda e qualquer diversidade e especificidade.

Diante desse cenário de regressão em toda a linha de desconstrução do País, temos a convicção de que, no curso da jornada da resistência democrática, é imperativo reunir, agregar, as mais amplas forças políticas e sociais, com base em um programa que aponte saídas e alternativas para o Brasil superar a presente crise.

***Silvana Conti** é professora Aposentada da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Vice Presidenta da CTB/RS, licenciada.*

Ministério tira ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ da base curricular

Sem alarde, o Ministério da Educação alterou o texto da nova versão da base nacional curricular e retirou todas as menções às expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual”. O recuo ocorreu após divulgar a jornalistas uma versão prévia do documento que servirá como referência sobre o que deve ser ensinado em todas as escolas públicas e privadas do país.

[\(Folha de S.Paulo, 06/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A mudança aparece em versão atualizada do documento divulgada na tarde desta quinta-feira (6) no site oficial da base. Uma versão anterior, onde as expressões ainda apareciam, havia sido divulgada com embargo a jornalistas na terça (4).

Leia mais:

[*“É preciso falar de gênero nas escolas”, diz cientista social Sylvia Cavasin \(ONU Mulheres, 08/04/2017\)*](#)

[*MEC suprime expressão ‘orientação sexual’ de texto sobre base curricular \(O Globo, 06/04/2017\)*](#)

Com a alteração, ao menos três trechos da proposta final da base, entregue oficialmente nesta quinta ao Conselho Nacional de Educação, excluíram a referência inicial à necessidade de respeito à “identidade de gênero” e “orientação sexual”.

A primeira mudança aparece em um capítulo que fala sobre a importância da base para que o país tenha “equidade” e “igualdade” no ensino.

Dizia o trecho do documento inicial, na página 11: “A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.”

Já na versão atual, disponível no site da base curricular, a frase foi modificada para “a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.”

COMPETÊNCIAS

Em outra passagem, a mudança ocorre quando há referência às dez competências gerais que devem ser desenvolvidas durante o aprendizado no ensino fundamental.

A nona, até terça-feira, era: “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer”.

A referência à “orientação sexual”, porém, já não consta no novo documento disponível no site da base nacional curricular.

Outra passagem alterada ocorre na unidade temática “Vida e evolução”, especificamente no eixo “Vida e sexualidade”, previsto para o ensino de ciências do 8º ano do ensino fundamental.

Até então, o documento da base distribuído aos jornalistas trazia entre as “habilidades” a serem desenvolvidas nos alunos a capacidade de “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de sexo, de identidade de gênero e de orientação sexual”.

Já o novo trecho indica que o aprendizado nesta etapa deverá “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de gênero”.

OUTRO LADO

Em nota, o Ministério da Educação afirmou que o documento “passou por ajustes finais de editoração/redação que identificaram redundâncias”. Segundo a pasta, o texto encaminhado a membros do Conselho Nacional de Educação na quarta-feira (5) já contém os ajustes.

“O documento apresentado à imprensa (04/04) de forma embargada com

antecipação, em função da complexidade do assunto, passou por uma última revisão. Em momento algum as alterações comprometeram ou modificaram os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular”, disse.

Ainda de acordo com a pasta, a nova versão “preserva e garante como pressupostos o respeito, abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos”.

“A BNCC estabelece competências a serem alcançadas para todos os alunos, desenvolvidas em todas as áreas e por componentes curriculares que seguem as diretrizes das competências do sec. 21. Essas competências pressupõem que o aprendizado não se restringe mais ao desenvolvimento cognitivo e que os alunos devem aprender a resolver problemas, a trabalhar em equipe com base em propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Tudo isso, sempre, respeitando a diversidade”, finaliza.

A ausência de uma referência mais frequente na nova versão da base curricular à questão de gênero, no entanto, já havia sido informada pela secretária-executiva da pasta, Maria Helena Guimarães, como uma “opção” da pasta, que não quer ser “nem a favor nem contra”.

“Não trabalhamos com questão de gênero. Trabalhamos com respeito à pluralidade, inclusive do ponto de vista de gênero, raça, tudo. Inclusive fomos até procurados por quem defendia ideologia de gênero e outros contra. Mas não queremos nem ser a favor nem contra. Somos a favor da pluralidade, da abertura, da transparência e da lei”, disse na terça-feira. Na época, porém, o texto ainda continha as citações agora retiradas.

*NATÁLIA CANCIAN
DE BRASÍLIA*

Partido pede que escolas de todo o país sejam obrigadas a coibir bullying homofóbico

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5668), na qual pede que o Supremo Tribunal Federal (STF) dê interpretação conforme a Constituição Federal ao Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei 13.005/2014) para reconhecer o dever constitucional das escolas públicas e particulares de prevenir e coibir o bullying homofóbico, consistente em discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como de respeitar a identidade de crianças e adolescentes LGBT no ambiente escolar. A lei tem como objetivo dar cumprimento ao artigo 214 da Constituição Federal.

[\(STF, 22/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O inciso II do artigo 2º da lei prevê, entre as diretrizes do plano, a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, de maneira genérica. O plano prevê uma série de metas e estratégias, entre elas o acompanhamento do acesso, permanência e aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o ensino, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

Para o partido, é preciso combater a noção de que a escola funciona como uma espécie de “curso técnico” voltado à aprovação de adolescentes no vestibular ou no Enem. Isso porque, sustenta o PSOL, a escola deve ensinar crianças e adolescentes a conviverem com a diversidade, em uma sociedade plural, e, com isso, a respeitarem pessoas com características distintas das suas. O partido afirma que parlamentares contrários aos direitos humanos da população LGBT conseguiram retirar dos Planos Nacional, Estaduais e

Municipais de Educação menções ao enfrentamento das discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual também pelas escolas.

“ É preciso que a sociedade em geral e as escolas em particular respeitem essas crianças e adolescentes que não se enquadram na heterossexualidade cisgênera. Ou seja, as crianças e adolescentes que não sentem atração por pessoas do gênero oposto (‘não-heterossexuais’) e que se identificam com o gênero socialmente atribuído a si em razão de sua genitália (‘não-cisgeneridade’). Aqui entra o papel do professor”, afirma o PSOL na ADI, acrescentando que seu papel é, no mínimo, coibir a prática do bullying contra os alunos em geral, com especial atenção a alunos integrantes a minorias e grupos vulneráveis.

O PSOL pede liminar para que escolas públicas e particulares se abstenham de reprimir crianças e adolescentes que manifestem comportamentos entendidos como de pessoas homossexuais, bissexuais, assexuais, travestis, transexuais ou intersexos, respeitando a identidade de gênero de crianças e adolescentes que queiram ser identificadas e tratadas de acordo com o gênero com o qual se identificam.

A ADI foi distribuída ao ministro Edson Fachin.

VP/CR

Acesso a creches aumenta mais entre ricos que entre pobres, mostra levantamento

(Agência Brasil, 03/03/2016) O acesso a creches cresceu mais entre os mais ricos que entre os mais pobres, aumentando a diferença entre os dois segmentos da sociedade entre 2001 e 2014. Os dados estão em levantamento feito pelo movimento Todos pela Educação, com base na Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números mostram que a diferença de acesso a esse serviço entre ricos e pobres cresceu 6,6 pontos percentuais.

Em 2001, 10,4% dos estudantes pertencentes à parcela dos 25% mais pobres da população tinham acesso à educação até os 3 anos de idade. Entre os 25% mais ricos, 32,6% tinham acesso a creches. A diferença entre os dois grupos era de 22,2 pontos percentuais. Em 2014, o acesso melhorou, mas aumentou também a desigualdade entre essas camadas. Entre os mais pobres, 22,4% tinham acesso a creches, enquanto, entre os mais ricos, 51,2% frequentavam a escola. A diferença subiu para 28,8 pontos percentuais.

“O acesso é muito mais facilitado para as famílias [ricas], tanto nas creches públicas quanto nas particulares”, diz a superintendente do Todos Pela Educação, Alejandra Meraz Velasco. Ela explica que as creches estão mais concentradas nos centros urbanos do que nas periferias.

De acordo com Alejandra, o acesso cresce tanto entre os mais ricos quanto entre os mais pobres, mas a brecha entre eles está aumentando, e isso pode resultar em maior desigualdade. “Se pensarmos que, além disso, temos uma maior qualidade em escolas mais centrais ou na rede privada, há a tendência de piorarem inclusive outros indicadores mais adiante.”

O acesso à creche está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), lei que estabelece metas para melhorar a educação brasileira até 2024. De acordo com a lei, até 2024, 50% das crianças com idade até 3 anos devem ter acesso a esse tipo de serviço. Atualmente, são atendidos em creches 29,6% das crianças nessa faixa etária.

Papel da família

Alejandra apresentou hoje (3) os dados do debate Educação em Pauta sobre Primeira Infância, promovido pelo Todos Pela Educação e pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Para Alejandra, é preciso destacar ainda o papel das famílias na formação das crianças e a necessidade de se capacitar os pais e responsáveis para que estimulem o aprendizado e a curiosidade dos filhos pequenos em casa. De acordo com a superintendente do movimento,

políticas assim não existem hoje no Brasil.

“O investimento nessa criança é o que dá mais retorno para o país”, afirmou Eduardo Queiroz, diretor-presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Queiroz lembrou o trabalho do ganhador do Prêmio Nobel de Economia, James Heckman, que mostra que o retorno econômico é maior quanto mais cedo é o investimento no capital humano. “Não se fala em família, em cuidadores. Temos milhares de crianças em fila de espera de creches públicas. Quem está olhando essas crianças? Essas pessoas sabem a importância dessa fase da vida?”, questionou.

A construção de creches e pré-escolas tem sido tratada como prioridade pelo Ministério da Educação (MEC). O país tem, de acordo com o PNE, até este ano para universalizar o acesso a crianças de 4 e 5 anos. O MEC passou a oferecer este ano a estados e municípios a opção de construir espaços voltados para atender a essas crianças nas escolas.

Segundo o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, a educação infantil é a etapa mais cara da educação básica. “É preciso assegurar investimento para a educação infantil. Não dá para tratar como subeducação”, diz. Segundo Lima, é necessário um maior aporte, principalmente da União, para que os municípios, responsáveis pelas matrículas, consigam arcar com as despesas.

*Mariana Tokarnia - Enviada Especial**

Edição: Nádia Franco

**A repórter viajou a convite do Todos pela Educação*

Acesse no site de origem: [Acesso a creches aumenta mais entre ricos que entre pobres, mostra levantamento \(Agência Brasil, 03/03/2016\)](#)

A escola falhou se o aluno acha que menina é inferior, diz pesquisadora

(UOL, 13/01/2016) “Se uma criança fica convencida de que meninas, negros e pessoas de religiões não-cristãs são inferiores, não importa que ela saiba ler e escrever, a escola terá falhado”, afirma a professora Daniela Auad, da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), especialista em relações de gênero na escola.

Para ela, a escola que discute gênero é a que a ensina respeito, é a escola de todos. A discussão de gênero vai além da questão homem-mulher.

Em entrevista ao UOL, Auad disse que a escola tem papel fundamental no combate às violências e que o debate já faz parte do ambiente de convívio dos alunos. “Quando você pede para a criança, no 2º ano do ensino fundamental, desenhar a família, ela vai desenhar a mãe, o pai, o marido novo da mãe, os irmãos que advêm das novas relações”, exemplifica.

“O gênero está na escola, ainda que se tire do PNE [Plano Nacional de Educação], continua a violência contra a mulher, o abuso sexual, e isso é material da escola, sim.”

“Os meninos aprendem na escola que têm mais força, que têm que ter cuidado com a própria força, que poderiam até estuprar uma mulher se quisessem. Temos que ir contra essa mentalidade, para que não tenhamos no futuro um jovem que estupra a colega na Faculdade de Medicina”, diz a pesquisadora, em referência aos casos de violência sexual denunciados na USP (Universidade de São Paulo).

Para Auad, falar de gênero não é induzir as crianças à homossexualidade, como dizem os contrários a essa discussão na escola. “Ninguém vai inventar a homossexualidade para as crianças, isso já existe e é bom que seja debatido antes que elas sejam vítimas de todo o tipo de violência por falta de debate”.

Existe educação de menino e de menina?

“Não. A boa educação, que a gente pensa como ideal para formar homens, mulheres e todas as pessoas que têm que fazer parte da sociedade, é uma educação para todos, respeitando a especificidade de cada um e dos grupos em suas múltiplas identidades”, diz.

“A escola pode estar ensinando a criança a fazer um texto muito bom, a saber matemática, questões de geográfica, mas o que adianta se ela vira para o colega e chama de ‘viadinho’, ‘puta’, ‘piranha’?”

A professora da UFJF defende que uma escola de qualidade é que a ensina a criança a questionar as suas hipóteses do que é ser menina, do que é ser menino e do que é ser belo, por exemplo. “A escola que não debate as questões raciais, de gênero, de orientação sexual, é ruim para todos, e para os filhos de casais compostos por homem e mulher, haja vista que o Enem tematizou várias questões do gênero [em 2015]. Então, uma escola de qualidade debate todos os esses pontos que tem a ver com cidadania, que são conteúdos escolares para todas as pessoas. O fato é que a escola hoje não tem qualidade para ninguém”.

Mas como tratar o tema em sala de aula?

“Não silenciando quando meninos e meninas usam adjetivos pouco respeitosa, como ‘galinha’, ‘puta’, ‘viado’. Esse tema deve ser pensado dentro do quadro de negociações da escola, de comportamentos que respeitem todas as famílias, todas as raças, todas as religiões”, afirma Auad.

A pesquisadora diz que há materiais disponíveis de apoio para os professores abordarem gênero em sala, mas que as boas soluções fogem dos discursos prontos. “Não é mais um tema novo, o professor não pode mais dizer ‘não sei trabalhar esse tema na escola’. Tem muito material online”, diz a autora do livro “Educar Meninas e Meninos: relações de gênero na escola”. “Não há solução fácil e rápida. É super importante que esse debate esteja nos mais diferentes lugares”, afirma.

Marcelle Souza

Acesse no site de origem: [A escola falhou se o aluno acha que menina é](#)

[inferior, diz pesquisadora \(UOL, 13/01/2016\)](#)

Deputadas defendem discussão sobre gênero para combater violência contra a mulher

(Jornal do Brasil, 10/11/2015) Deputadas defenderam que questões relativas a gênero sejam discutidas na escola, como forma de ajudar a combater a violência contra a mulher e a discriminação. A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) salientou que o Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005/14) não proíbe a discussão sobre gênero.

“A cada 1 hora e 50 minutos, uma mulher é morta no Brasil. Nós não podemos falar nisso porque isso é ideologia de gênero?”, questionou. “Se um país está matando suas mulheres, esse tema tem que ser tratado sim nas escolas. O Ministério da Educação não deve ceder a pressões contrárias a isso”, completou. Para ela, o respeito à diversidade e às minorias também devem ser tratados na escola.

Leia também: [Discussão sobre gênero e orientação sexual nas escolas divide opiniões em audiência \(Agência Câmara, 10/11/2015\)](#)

A parlamentar participa de audiência pública na Comissão de Educação sobre a inclusão da discussão de gênero entre as diretrizes da Conferência Nacional de Educação de 2014. Os deputados que solicitaram a audiência argumentam que essa diretriz contraria decisão do Congresso, que, ao analisar o PNE, retirou a questão de gênero e orientação sexual do texto, por considerá-la inadequada ao ambiente escolar.

“A Constituição brasileira diz que nós devemos lutar contra qualquer tipo de

discriminação”, disse a deputada Margarida Salomão (PT-MG). Ela defendeu os movimentos ideológicos que desconstroem as teorias machista, racista e patriarcal, também ideológicas. E ressaltou que a Conferência Nacional de Educação é autônoma em relação ao Ministério da Educação e ao Congresso Nacional, e que, se não fosse, não teria utilidade.

Agência Câmara

Acesse no site de origem: [Deputadas defendem discussão sobre gênero para combater violência contra a mulher \(Jornal do Brasil, 10/11/2015\)](#)

Para antropóloga, Enem estimula escolas a promoverem formação de gênero

(Géssica Brandino/Agência Patrícia Galvão, 28/10/2015) Com questões sobre Simone de Beauvoir, redação sobre violência contra as mulheres, reflexão da escritora feminista mexicana Glória Anzaldúa, poema sobre racismo e igualdade do líder angolano Agostinho Neto, além de citações a Paulo Freire, Milton Santos e David Harvey, a formulação do Exame Nacional do Ensino Médio de 2015 (ENEM) tem potencial para influenciar os currículos escolares.



Antropóloga Beatriz Accioly aponta influencia do Enem para inclusão da temática de gênero na educação (Foto: Adri Felden /Argosfoto)

Na avaliação da antropóloga Beatriz Accioly, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), ainda que não haja avanços em relação à formulação dos planos de educação com relação à desigualdade de gênero, certamente as escolas que querem ter uma boa colocação no ranking do ENEM estarão mais atentas à temática.

“Foi uma prova muito reflexiva que mostrou que o INEP vai pautar esses temas, pois são questões importantes e isso sinaliza que não devem ser suprimidas do currículo. Diferentemente do Congresso e dos Legislativos, que estão se furtando e impedindo mesmo a inclusão das questões de gênero nos planos nacionais, estaduais e municipais de educação ”.

A especialista também elogiou o tema A Persistência da Violência contra a Mulher na Sociedade Brasileira para a redação, subsidiada com dados do Balanço da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, do [Portal Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#), do Conselho Nacional de Justiça e do Departamento Penitenciário Nacional.

“O grande impacto positivo, para além das críticas que foram feitas, é que o

INEP colocou sete milhões de jovens para pensar sobre o assunto. Isso não é pouca coisa e deve ser comemorado, porque a reflexão e o debate são democráticos”, analisa.

Debate sobre gênero visa escola acolhedora

(A Tarde, 27/09/2015) A inclusão de estratégias visando combater a discriminação e desigualdade de gênero nos planos estaduais e municipais de educação tem provocado debates no país. Mesmo não sendo contemplado no Plano Nacional de Educação, gestores da rede estadual e municipal foram orientados pelo Conselho Nacional de Educação a abordarem a temática como forma de reprimir manifestações de violência e evasão escolar de crianças e adolescentes que fogem ao padrão heteronormativo.

Após as discussões terem se fortalecido em várias instâncias sociais, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Comitê de Gênero com a finalidade de formular e avaliar políticas educacionais que contemplem, entre outras coisas, a formação de professores acerca do tema. Porém, após pressão da bancada religiosa, o MEC removeu a palavra ‘gênero’ do grupo, que passou a se chamar Comitê de Combate à Discriminação.

O Plano Estadual de Educação da Bahia, em fase de avaliação, possui quatro estratégias voltadas a atender as questões de gênero, contemplando professores, ensino fundamental e médio.

Os textos, elaborados pelo Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEE-BA), incluem, entre outras coisas, “assegurar que a diversidade de gênero seja objeto de tratamento didático-pedagógico”, e ainda que a “diversidade e orientação sexual sejam tratadas como temáticas nos currículos de formação inicial e continuada de professores, sob égide do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”.

Segundo o diretor-geral do Instituto Anísio Teixeira e presidente do FEE-BA, Nildon Pitombo, a elaboração do plano foi respaldado em diretrizes da ONU e OEA (Organização dos Estados Americanos).

Direitos humanos

“Com base jurídica e institucional dessas organizações, que se consolidam por diretrizes dos direitos humanos, a elaboração do plano não apresentou dificuldades”, conta, acrescentando que não houve manifestações contrárias, pois o plano foi uma “construção coletiva” e para esta pauta, contou com a participação do Fórum Baiano LGBT.

Segundo a pesquisadora baiana em produtos culturais, educação e sexualidade, Denise Bastos, a escola é o “lugar ideal” para discutir o assunto.

“A escola é onde a criança passa a ter suas primeiras experiências sociais e com pessoas de sua idade, mas que são diferentes dela. Então, eu acho que a questão de gênero deveria estar, sim, nos planos educacionais. Sei que é um desafio para as escolas, mas este é o lugar que nos permite aprender, desafiar e discordar”, afirma.

Para a psicopedagoga Ivana Braga, tratar de sexualidade e gênero no ambiente escolar é contribuir na constante construção social. “A questão de gênero perpassa por muitos aspectos sociais, iniciando nas cores e estendendo-se às brincadeiras. Menina não brinca de carrinho, menino não brinca de boneca. Os prejuízos neste exemplo são grandes, pois não se desconsidera que a menina será motorista um dia, assim como o menino será pai. Quando se fala que a escola reproduz a sociedade não é uma falácia. Cabe à escola inserir este tema no seu cotidiano, tratando-o de forma natural e trazendo-o para a formação de pais para que estes também saibam lidar com as situações de forma acolhedora”.

Ainda segundo Ivana, quando a criança não tem a sensação de pertencimento, acaba tendo o desempenho escolar afetado. “O desempenho escolar não se refere apenas a sua capacidade intelectual em lidar com problemas ou conteúdos, mas também às questões emocionais. A dificuldade de identificação com um gênero está ligada a sua formação psíquica e, por

isso mesmo, traz influências ao processo de aprendizado”, afirma.

Atraso

A psicóloga e coordenadora do grupo de trabalho relações de gênero e psicologia do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, Helena Miranda, considera que a educação brasileira está atrasada e que há um longo caminho a percorrer a favor do respeito da diversidade.

“Entendo que, em um contexto de violação de direitos humanos como este que se apresenta, a educação pode funcionar como área estratégica para estudo, orientação e enfrentamento no que tange ao respeito à diversidade e às diferenças de gênero. Não podemos ser omissos. Precisamos respeitar as especificidades de cada sujeito e reconhecer que cada um vivencia o seu gênero e a sua sexualidade de forma singular, desvinculada de uma concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico, gênero e desejo sexual”, avalia Helena.

Até o fechamento desta edição, a Secretaria Municipal de Educação de Salvador, contactada pela reportagem, não se manifestou sobre como o tema vem sendo tratado no plano de educação da capital.

Adriane Primo

Acesse no site de origem: [Debate sobre gênero visa escola acolhedora \(A Tarde, 27/09/2015\)](#)

Sobre o que chamam “ideologia de gênero”, por Maria do

Rosário

(Portal Fórum, 25/09/2015) O avanço do conservadorismo se dá a passos largos na sociedade brasileira e é refletido, por vezes de maneira caricata, no Congresso Nacional. O debate parlamentar tem sido imbuído de preconceito e se limitado à superfície de temas de natureza complexa, permitindo assim que a definição propositalmente equivocada do conceito de gênero e de terminologias associadas interditem a construção coletiva, impeça votações de matérias importantes e preste um desserviço à sociedade brasileira.

Foi assim na discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), na qual em âmbito nacional e local embargou-se o diálogo sobre todos os pontos relativos à promoção da igualdade de gênero e do respeito à orientação sexual.

A pressão parlamentar não se restringe ao cotidiano do Congresso. Para que estes temas se tornem invisíveis, a pressão desdobra-se contra os próprios órgãos governamentais, a ponto de o MEC ter modificado portaria que emitiu para constituir o Comitê de Gênero apenas doze dias após seu lançamento, retirando a palavra que estes setores não aceitam que seja dita.

Superar a lógica da desinformação que permeia o populismo moralista em voga é essencial. Para isso, consideramos importante precisar termos presentes neste debate. O conceito de gênero questiona a essencialidade da diferença entre os sexos, reforçando que características comportamentais apresentadas como femininas ou masculinas são construções sociais com conteúdos distintos em diferentes culturas e períodos históricos.

Por meio da compreensão do gênero enquanto constructo foi possível identificar como a distinção entre o masculino e o feminino esteve diretamente relacionada à imposição de um lugar de subordinação às mulheres. Uma sintética definição poderia ser de que o sexo é biológico e o gênero é social e cultural.

Para Joan Scott, gênero não se trata apenas de uma percepção sobre as diferenças sexuais, mas da hierarquização destas. A autora feminista não desconhece em seu trabalho a existência de diferenças entre os corpos de homens e mulheres, mas aponta que há uma construção dos significados

culturais dessas diferenças. Que normatização da sexualidade opera como um mecanismo violento e opressor que define o que é ou não aceitável, inteligível e adequado para cada gênero.

A orientação sexual, por sua vez, representa a identidade de gênero, a percepção de si próprio que cada pessoa tem em relação ao direcionamento de seus desejos e afetos no plano da sexualidade. Michel Foucault, sobretudo no primeiro volume de *A história da Sexualidade*, afirma que aquilo que aparece como uma substância, a separação binária dos sexos, na verdade não espelha qualquer essência humana, senão a sua capacidade de reproduzir performaticamente esta distinção arbitrária, de modo que a heterossexualidade que ela comporta aparenta ser natural.

Estaríamos diante, portanto, de uma prática reguladora, de uma norma discursiva fundada no postulado de uma heterossexualidade compulsória, da chamada heteronormatividade. Assim, gênero e orientação sexual são dimensões da identidade humana que articulam-se a várias outras, compondo indivíduos únicos, singulares, participantes de uma humanidade diversa e plural.

Por que a bancada fundamentalista estabelece uma verdadeira cruzada contra as categorias “identidade de gênero” e “orientação sexual”? Este setor considera estes conceitos essenciais na explicação do que chamam “ideologia de gênero”. O discurso sobre a sexualidade e a normatização da vida das pessoas possui um forte componente associado ao exercício do poder.

Por meio da díade por eles estabelecida de natureza/verdade, argumentam que o sexo biológico define o ser, bem como seu lugar na sociedade. Assim, outorgam-se o título de defensores do universal e atacam o que consideram como posições particulares, ideológicas, se colocam, portanto, numa condição de neutralidade que não ocupam, pois o que fazem na prática é buscar impor valores religiosos a toda a sociedade.

Afirmam que a tal “ideologia de gênero” deturpa os conceitos de homem e mulher a fim de destruir o modelo tradicional de família. Promovem preceitos biologizantes que desconsideram mais de um século de pesquisas no âmbito das ciências sociais, se fiando em aspectos da anatomia humana para

normatizar a sexualidade e o comportamento, oprimindo os/as que segundo seu padrão são considerados “desviantes”; o fazem sem reconhecer os diversos arranjos familiares, reforçando ainda hierarquias internas a estas que perpetuam a opressão e, por vezes, a violência.

O principal exemplo disso é o malfadado Estatuto da Família (PL 6583 /2013), que estabelece que a família deve deter proteção especial do Estado, mas limita esta a apenas os núcleos sociais formados pela união de um homem e de uma mulher. Flagrantemente inconstitucional, o texto aprovado na Câmara esta semana fere o Art. 3, inciso IV da Carta Magna que estabelece como objetivo fundamental da República “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Buscando cercear direitos individuais - em especial os sexuais e reprodutivos - e impedir que construamos uma nação em que todos e todas tenham igualdade de direitos e uma vida livre de discriminação e violência, setores fundamentalistas unem-se a outras forças retrógradas da política brasileira para aprofundar a lógica de que há cidadãos de duas categorias: uns plenos em direitos e outros que podem estar sujeitos a toda sorte de vulnerabilidade, pois não são merecedores de direitos.

Tal ofensiva articulada guarda relação com a crescente mobilização do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (LGBTT) e do movimento feminista no último período, bem como com as decisões do Judiciário norteadas pelo respeito às diferenças e vedação à discriminação. A ofensiva conservadora trata-se, portanto, de resposta a avanços conquistados por aqueles e aquelas que durante muito tempo foram invisíveis, mas cuja organização e a luta permitiram que o combate à homofobia e ao machismo entrasse na agenda política.

O Estado Democrático de Direito precisa garantir os direitos à livre orientação sexual, à igualdade de gênero, bem como combater a discriminação. Para tal, é pressuposto que este Estado seja laico, que não promova um grupo em detrimento de outro, menos ainda reprima a diversidade presente na sociedade em prol de preceitos religiosos, portanto pertencente a grupos específicos, não universais. Não se pode impor ao outro

uma forma de viver com base em um ideal normativo, sob pena de promover o ódio e a intolerância.

Precisamos nos fazer entender, dizer para a sociedade que lutamos que a singularidade de cada indivíduo seja respeitada, para que nossa sociedade não reproduza o preconceito, que garanta a pluralidade e diversidade que caracterizam a contemporaneidade. Não é legítima a imposição de padrões de vida, relacionamentos humanos, por parte do Estado.

Nenhum grupo com qualquer ideal filosófico, ainda que detentor de uma numerosa bancada parlamentar, pode impor sua visão de mundo a quem quer que seja. Estejamos em alerta, é exatamente isso que setores buscam no Brasil, e é claro que começam pela interdição da identidade de gênero e da livre orientação sexual.

** Maria do Rosário (PT-RS) é deputada federal*

Acesse no site de origem: [Sobre o que chamam “ideologia de gênero”, por Maria do Rosário \(Portal Fórum, 25/09/2015\)](#)

Ministério da Educação cede à pressão de religiosos e destitui o Comitê de Gênero

(Brasil Post, 23/09/2015) Doze dias após criar o Comitê de Gênero, o Ministério da Educação cedeu às pressões da bancada religiosa e o alterou para o inespecífico Comitê de Combate à Discriminação. Mais uma vez, a pasta enfrentou o mesmo problema do Plano Nacional de Educação (PNE), que só foi aprovado na Câmara dos Deputados com a retirada da palavra “gênero” do documento.

O comitê, inicialmente, se propunha a atender a “necessidade de enfrentar as desigualdades de gênero”, a adotar “conteúdos curriculares que contemplem e respeitem as diversidades relativas a gênero” e a promover “os direitos relacionados às questões de gênero, e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência”.

Após a alteração, porém, suas responsabilidades relacionadas a questão de gênero foram extintas e as normas passaram a ser relacionadas à “igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, com o objetivo de promover “a cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade”.

Ministério da Educação	
GABINETE DO MINISTRO	
<p>PORTARIA Nº 916, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015</p> <p>ANTES</p> <p>Institui <u>Comitê de Gênero</u>, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação.</p> <p>O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e</p> <p>CONSIDERANDO:</p> <p>O art. 5º da Constituição, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza - entendendo-se, aqui, inclusive as diferenças e diversidades entre mulheres e homens;</p> <p>A necessidade de adoção de práticas pedagógicas e conteúdos curriculares que contemplem e respeitem as <u>diversidades relativas a gênero</u>; e</p> <p>O papel fundamental da escola na constituição de uma cultura dos direitos humanos e de enfrentamento de toda forma de discriminação, <u>inclusive as relacionadas a discriminações por gênero</u> resolve:</p> <p>Art. 1º Fica instituído Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação - MEC.</p> <p>Art. 2º Compete ao Comitê de Gênero:</p> <p>I - propor diretrizes e apresentar subsídios técnicos e políticos para a formulação, avaliação e aperfeiçoamento de políticas que visem à garantia do direito à educação de qualidade, dentre outras ações, projetos e programas educacionais, com a promoção dos direitos <u>relacionados às questões de gênero</u>, e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência;</p>	<p>PORTARIA Nº 949, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015</p> <p>DEPOIS</p> <p>Institui <u>Comitê de Combate à Discriminação</u>, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação.</p> <p>O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e</p> <p>CONSIDERANDO:</p> <p>O art. 5º da Constituição, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; ?</p> <p>O papel fundamental da educação na constituição de uma cultura dos direitos humanos, de paz e de combate de toda e qualquer forma de discriminação; resolve:</p> <p>Art. 1º A Portaria MEC nº 916, de 9 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 1º Fica instituído Comitê de Combate à Discriminação, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação - MEC.</p> <p>Art. 2º Compete ao Comitê: ?</p> <p>I - propor diretrizes e apresentar subsídios técnicos e políticos para a formulação, avaliação e aperfeiçoamento de políticas que visem à garantia do direito à educação de qualidade, dentre outras ações, projetos e programas educacionais <u>relativos ao combate das diversas formas de preconceito, discriminação e violência</u>;</p>

Mesmo depois do MEC ceder às pressões, parlamentares das bancadas continuam insatisfeitos com a “insistência” da pasta em tratar da “ideologia de gênero” nas escolas. Uma comitiva formada por quatro deputados da bancada católica se reuniu com o ministro Renato Janine Ribeiro, na manhã desta quarta-feira (23) para criticar a conduta do órgão.

Segundo o deputado Eros Biondini (PTB-MG), o encontro com o ministro ocorreu para cobrar “coerência em relação ao PNE”. Flavinho (PSB-SP)

argumentou que a inclusão do gênero no PNE está sendo uma constância nos estados. “É muito persistente a ação para que seja implantada a ideologia de gênero nos planos de educação contrariando o Legislativo, que já legislou sobre o tema e já deu um parecer contrário a ideologia de gênero nas nossas escolas.”

Os deputados também reclamaram com o ministro da postura do deputado Jean Wyllys (PSol-RJ), que se manifestou contra a alteração do comitê.

Em nota, o Ministério da Educação não explicou a alteração e afirmou que “dialoga constantemente para atender os pleitos de minorias. O trabalho realizado tem o objetivo de elaborar mecanismos de apoio contra toda sorte de discriminação e acompanhar políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos humanos”.

Segundo a pasta, foi neste contexto que se deu a criação de um Comitê de Combate à Discriminação, que centralizará todas as ações políticas nessa área. “Esta medida representa um avanço na articulação das ações de fortalecimento da inclusão e da diversidade, algo sempre reivindicado pelos militantes de direitos humanos.

De Grasielle Castro

Acesse no site de origem: [Ministério da Educação cede à pressão de religiosos e destitui o Comitê de Gênero \(Brasil Post, 23/09/2015\)](#)